



<b>Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 199-2019 – SIAM nº 0687702/2019</b>			
<b>PA COPAM Nº:</b> 12399/2015/002/2019		<b>SITUAÇÃO:</b> sugestão pelo deferimento	
<b>EMPREENDEDOR:</b>	EP.01 - Nova Lima Mall Empreendimento Imobiliário LTDA	<b>CNPJ:</b>	18.392.915/0001-55
<b>EMPREENDIMENTO:</b>	EP.01 - Nova Lima Mall Empreendimento Imobiliário LTDA	<b>CNPJ:</b>	18.392.915/0001-55
<b>MUNICÍPIO:</b>	Nova Lima	<b>ZONA:</b>	Urbana
<b>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</b> • Não se aplica			
<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):</b>	<b>CLASSE</b>	<b>CRITÉRIO LOCACIONAL</b>
E-03-06-9	Estação de tratamento de esgoto sanitário	2	0
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b>		<b>REGISTRO/ART:</b>	
Mateus Duarte Barreto		14201900000005466936	
<b>AUTORIA DO PARECER</b>		<b>MATRÍCULA</b>	<b>ASSINATURA</b>
Marcos Vinícius Martins Ferreira Gestor Ambiental – SUPRAM CM		1.269.800-7	
De acordo: Aline Alves de Moura Diretora Regional de Regularização Ambiental – SUPRAM CM		1.093.406-5	



### **Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 199-2019**

O empreendimento EP.01 - Nova Lima Mall Empreendimento Imobiliário LTDA formalizou no dia 17 de setembro de 2019 na Supram Central Metropolitana, o processo administrativo de licenciamento ambiental simplificado - LAS nº 1299/2015/002/2019, por meio de Relatório Ambiental Simplificado - RAS. A atividade do empreendimento objeto deste licenciamento será "Estação de tratamento de esgoto sanitário" (código E-03-06-9, DN217/17). A vazão média será de 3L/s, o que justifica a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a incidência do critério locacional 0.

A operação da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE foi iniciada em setembro de 2015, subsidiada por Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF (certificado 955458/2015) válida até 30 de setembro de 2019. O empreendimento está instalado na área urbana de Nova Lima, nas coordenadas geográficas latitude 19°59'57.97"S e longitude 43°53'31.64"O e conta com 04 funcionários. A área total do terreno é de 25.722,00 m<sup>2</sup> sendo a área construída de 6.592,43 m<sup>2</sup> fixos, segundo informado no RAS.

O tratamento preliminar é composto por gradeamento, caixa de gordura e caixa de equalização de temperatura, o primário composto por 4 reatores anaeróbios, o secundário composto por decantador secundário e filtro aerado submerso e o terciário composto por caixa cloradora.

A água utilizada no empreendimento é proveniente da concessionária local e foi apresentado comprovante desse serviço.

Como principais impactos inerentes às atividades e mapeados no RAS, tem-se o lançamento de efluente líquido sanitário tratado e geração de resíduos sólidos.

Quanto ao efluente líquido sanitário tratado, foi informado no RAS que serão encaminhados à rede de esgotos da COPASA.

Quanto aos resíduos sólidos gerados, conforme informado no RAS, o lodo gerado é disposto em aterro sanitário. Cabe ressaltar que em busca ao Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM não foi localizado aterro sanitário licenciado para o município de Nova Lima e que não foi informada a destinação dos resíduos retidos no gradeamento do tratamento preliminar e os resíduos domésticos provenientes de banheiros, refeitório e escritório. Ressalta-se que a destinação ambientalmente adequada de todos os resíduos sólidos gerados no empreendimento é de responsabilidade do gerador (empreendedor) e, deste modo, será condicionante deste parecer a comprovação da destinação dos resíduos sólidos por meio do auto monitoramento.

Foi apresentado nos autos do processo, um certificado de análise do efluente líquido sanitário (realizada em 25/03/19) com dados da entrada e saída no sistema de tratamento, onde foi possível identificar o atendimento dos valores exigidos pela legislação pertinente (COPAM/CERH 01/2008).

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes no Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento EP.01 Nova Lima Mall Empreendimento Imobiliário Ltda para a atividade de "Estação de tratamento de esgoto sanitário" (código E-03-06-9, DN217/17) no município



de Nova Lima -MG”, pelo prazo de 10 anos”, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “EP.01 - Nova Lima Mall Empreendimento Imobiliário LTDA”

Item	Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença

- **Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**

### IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-CM, face ao desempenho apresentado;

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*

## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “EP.01 - Nova Lima Mall Empreendimento Imobiliário LTDA”

#### 1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Entrada e Saída da ETE	DBO, DQO, E. coli, Fósforo Total, Nitrato, Nitrogênio amoniacal total, óleos e graxas, pH, sólidos sedimentáveis, substâncias tensoativas e vazão média (L/s).	Mensal
Saída da ETE	Toxicidade aguda	Semestral

**Relatórios:** Enviar semestralmente à Supram-CM os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM nº 216/2017, e deverá conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas análises.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados nas análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas, no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição.



## 2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram CM, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 <sup>1</sup>	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma <sup>2</sup>	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(<sup>1</sup>) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(<sup>2</sup>) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana

**PT LAS RAS nº 199/2019**  
Data 30/10/2019  
Página 6 de 6